



ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO ENTRE O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS E A UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, **CEFET-MG**, instituição pública de ensino superior, com sede em Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça, Belo Horizonte, MG, Brasil, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, **Prof.^a Dr.^a Carla Simone Chamon**, e a Universidad de la República, doravante denominada Udelar, representada pelo Reitor **Rodrigo Arim Ihlenfeld**, instituição pública de ensino superior com sede legal em Av. 18 de Julio 1824, 11200 Montevideo (Uruguay), quem delega para este ato a assinatura no presidente do Servicio de Relaciones Internacionales, **Gonzalo Vicci Gianotti**, segundo resolução 24/2022 de data 17 de janeiro de 2022, doravante denominadas “Partes”, resolvem celebrar o presente **Acordo de Cooperação**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVOS GERAIS

As Partes comprometem-se, de acordo com os meios de que dispõem, a estimular a pesquisa conjunta de interesse comum e, segundo prioridades previamente determinadas, a colaborar mutuamente para o desenvolvimento da docência nas áreas de interesse mútuo; a promover e facilitar a mobilidade dos seus docentes e investigadores; a fortalecer a mobilidade dos seus estudantes; a qualificação de seus técnicos administrativos e, em geral, a prosseguir conjuntamente quaisquer outros objetivos de interesse comum que considerem apropriados. Com o fim de materializar tais objetivos, representantes das Partes produzirão programas de trabalho específicos que determinarão as áreas comuns de pesquisa, ensino e mobilidade para atuar em colaboração.

Todos os programas de mobilidade e projetos de colaboração devem ser definidos em termos de



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY

ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN ENTRE EL CENTRO FEDERAL DE EDUCACIÓN TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS Y LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA

El Centro Federal de Educación Tecnológica de Minas Gerais, **CEFET-MG**, institución pública de enseñanza superior, con sede en Av. Amazonas 5253, Nueva Suiza, Belo Horizonte, MG, Brasil, por la presente representado por su director, **Prof.^a Dr.^a Carla Simone Chamon**, y la Universidad de la República, en adelante denominada Udelar, representada por el rector **Rodrigo Arim Ihlenfeld**, institución pública de enseñanza superior con domicilio legal en Av. 18 de Julio 1824, 11200 Montevideo (Uruguay), quien delega para este acto la firma en el presidente del Servicio de Relaciones Internacionales, **Gonzalo Vicci Gianotti**, según resolución 24/2022 de fecha 17 de enero de 2022, en adelante denominados “Partes”, resuelven celebrar el siguiente **Acuerdo de Cooperación**.

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETIVOS GENERALES

Las Partes se comprometen, de acuerdo con los medios de que disponen, a estimular la investigación conjunta de interés común, de acuerdo a las prioridades previamente determinadas, a colaborar mutuamente para el desarrollo de la docencia en áreas de interés mútuo; a promover y facilitar la movilidad de sus docentes e investigadores; a fortalecer la movilidad de sus estudiantes, a la calificación de sus técnicos administrativos y en general, a conseguir conjuntamente cualquier otro objetivo de interés común que consideren apropiados. Con el fin de materializar tales objetivos, representantes de las Partes producirán programas de trabajo específicos que determinen las áreas comunes de investigación, enseñanza y movilidad para actuar en colaboración.

Todos los programas de movilidad y proyectos de colaboración deben ser definidos en términos

cooperação para implementações específicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – MOBILIDADE DE ESTUDANTES

As Partes concordam em promover a mobilidade de estudantes de graduação e de pós-graduação, por um período de um semestre ou um ano letivo.

A mobilidade de estudantes poderá abarcar as seguintes formas: a frequência de disciplinas, a realização de estágios curriculares, extracurriculares ou profissionais e a realização de trabalhos de pesquisa, incluindo participação em projetos de pesquisa e desenvolvimento de teses de mestrado e doutoramento. A formação realizada na instituição anfitriã será objeto de reconhecimento no plano de estudos do estudante na instituição de origem, conforme estabelecido no contrato individual de estudos previamente assinado por ambas as Partes.

Os estudantes envolvidos na mobilidade terão iguais direitos e deveres, estando sujeitos, a saber, às regras e regulamentos da instituição anfitriã.

As despesas com viagens, alojamento e manutenção resultantes da mobilidade serão da responsabilidade de cada estudante. O estudante em mobilidade deverá possuir a cobertura pessoal de um seguro de saúde, que inclua riscos de doença, acidentes e repatriação de restos mortais válido no país de destino.

As Partes poderão angariar recursos financeiros de outras fontes, para além dos seus próprios recursos, com o objetivo de consolidar o programa de mobilidade de estudantes.

Para a mobilidade acadêmica, para os diferentes níveis de ensino, e programas termos de cooperação específicos deverão ser instituídos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MOBILIDADE DE SERVIDORES (docentes e técnicos administrativos)

As Partes concordam em facilitar e promover a mobilidade de seus docentes e investigadores em pesquisa e ações de formação para técnicos administrativos de comum interesse para as

de cooperación para implementaciones específicas.

CLÁUSULA SEGUNDA – MOVILIDAD DE ESTUDIANTES

Las partes acuerdan promover la movilidad de estudiantes de grado y de posgrado, por un período de un semestre o un año lectivo.

La movilidad de estudiantes podrá abarcar las siguientes formas: la asistencia a clases, la realización de pasantías curriculares, extracurriculares o profesionales y la realización de trabajos de investigación, incluido la participación en proyectos de investigación y desarrollo de tesis de maestría y doctorado. La formación realizada en la institución anfitriona será objeto de reconocimiento en el plan de estudios del estudiante en la institución de origen, conforme a lo establecido en el contrato individual de estudios previamente firmado por ambas Partes.

Los estudiantes involucrados en la movilidad tendrán iguales derechos y deberes, estando sujetos, a saber, a las normas y reglamentos de la institución anfitriona.

Los gastos de viaje, alojamiento y manutención derivados de la movilidad serán responsabilidad de cada estudiante. El estudiante en movilidad deberá poseer una cobertura personal de seguro de salud, que incluya riesgos por enfermedad, accidente y repatriación de restos.

Las Partes podrán asignar recursos financieros de otras fuentes, además de sus propios recursos, con el objetivo de consolidar el programa de movilidad estudiantil.

Para la movilidad académica para diferentes niveles de educación y programas, deben establecerse términos específicos de cooperación.

CLÁUSULA TERCERA – MOVILIDAD DE SERVIDORES (docentes y técnicos administrativos)

Las Partes acuerdan facilitar y promover la movilidad de sus docentes e investigadores y la capacitación para técnicos administrativos de común interés para las dos Partes.

duas Partes.

A mobilidade poderá ser de diversos tipos e durações, em função das necessidades da instituição anfitriã e da disponibilidade de pessoal. Em todos os casos, os dirigentes máximos de cada instituição deverão autorizar a execução de cada mobilidade. Cada visita fica submetida ao convite pessoal prévio da instituição anfitriã, assim como à posterior apresentação em ambas as instituições de relatório das atividades desenvolvidas.

Os servidores em mobilidade terão o mesmo direito ao uso das instalações como qualquer outro funcionário visitante.

As despesas com viagens, alojamento e manutenção resultantes do presente Acordo serão da responsabilidade de cada servidor, o qual poderá utilizar os meios normais de pedido de financiamento, podendo argumentar a existência do presente Acordo. O servidor em mobilidade deverá possuir a cobertura pessoal de um seguro de saúde, acidentes e repatriação de restos mortais válido no país de destino.

As duas instituições poderão angariar recursos financeiros de outras fontes, para além dos seus próprios recursos, com o objetivo de consolidar o programa de mobilidade de servidores.

No caso da Udelar, todos os desembolsos no âmbito deste acordo deverão ter um relatório prévio sobre a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL

Cada Parte mantém todos os direitos de propriedade intelectual de que seja titular, incluindo patentes, pedidos de patente, divulgação de patentes, invenções e melhorias (patenteáveis ou não), marcas comerciais, direitos autorais, registros e aplicativos, incluindo software, firmware ou código-fonte, segredos comerciais ou know-how. As atividades conjuntas de pesquisa com resultados que possam ser protegidos por direitos de propriedade intelectual devem ser previstas nos termos adicionais deste Acordo.

A Udelar será regida pelas disposições da

La movilidad podrá ser de diversos tipos y duraciones, en función de las necesidades de la institución anfitriona y la disponibilidad de personal. En todos los casos, los directivos máximos de cada institución deberán autorizar la ejecución de cada movilidad. Cada visita está sujeta a la invitación personal de la institución anfitriona, así como a la posterior presentación en ambas instituciones de un informe de las actividades realizadas.

Los servidores en movilidad tendrán los mismos derechos al uso de las instalaciones como cualquier otro funcionario visitante.

Los gastos de viajes, alojamiento y manutención resultantes del presente Acuerdo serán responsabilidad de cada servidor, el cual podrá usar los medios normales de pedido de financiamiento, pudiendo argumentar la existencia del presente Acuerdo. El servidor en movilidad deberá poseer una cobertura personal de un seguro de salud, accidentes y repatriación de restos válido en el país de destino.

Las dos instituciones podrán asignar recursos financieros de otras fuentes, además de sus propios recursos, con el objetivo de consolidar el programa de movilidad de servidores.

En el caso de la Udelar, toda erogación en el marco de este convenio deberá contar con informe previo de disponibilidad presupuestal.

CLÁUSULA CUARTA – PROPIEDAD INTELECTUAL

Cada Parte mantiene todos los derechos de propiedad intelectual de que se sea titular, incluido patentes, pedidos de patente, divulgación de patentes, invenciones y mejoras (patentables o no), marcas comerciales, derechos de autor, registros y aplicativos, incluido software, *firmware* o código fuente, secretos comerciales o *know-how*. Las actividades conjuntas de investigación con resultados que pueden ser protegidos por derechos de propiedad intelectual deben ser estipulados en los términos adicionales de este Acuerdo.

La Udelar se regirá por lo dispuesto en la

Portaria de Direitos de Propriedade Intelectual aprovada pelo Conselho de Administração Central em 8 de março de 1994 e suas alterações. Os autores terão o direito de aparecer no título de propriedade obtido e em qualquer outra ocasião em que seja feita referência ao resultado protegido.

CLÁUSULA QUINTA – CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados sensíveis adquiridos ou trocados por força deste Acordo serão tratados com confidencialidade. As Partes comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais em vigor em ambos os ordenamentos jurídicos.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e será válido pelo prazo de 5 (cinco) anos.

O presente Acordo poderá ser rescindido por qualquer das Partes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de noventa dias, ou em caso de superveniência legal que o torne material ou formalmente impraticável, ficando, porém, assegurado o prosseguimento dos trabalhos e dos períodos de mobilidade em curso.

Prof.^a Dr.^a Carla Simone Chamon
Diretora-Geral do CEFET-MG

Belo Horizonte, Brasil, 2024.

Aprovado pela Deliberação nº 21/2022 – CD,
de 21/10/2022

Ordenanza de los Derechos de la Propiedad Intelectual aprobada por el Consejo Directivo Central con fecha 8 de marzo de 1994 y sus modificativas. Los autores tendrán derecho a figurar en el título de propiedad que se obtenga y en toda otra ocasión en que se haga alusión al resultado protegido.

CLÁUSULA QUINTA - CONFIDENCIALIDAD Y PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES

Los datos sensibles adquiridos o intercambiados a razón de este Acuerdo serán tratados con confidencialidad. Las Partes se comprometen a cumplir la legislación de protección de datos personales en vigor en ambos ordenamientos jurídicos.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSICIONES FINALES

El presente Acuerdo entra en vigor en la fecha de su firma y será válido por el período de 5 (cinco) años.

El presente Acuerdo podrá ser rescindido por cualquiera de las Partes, mediante la comunicación por escrito, con la antelación mínima de noventa días, o en el caso de supervisión legal que lo torne material o formalmente impracticable. Sin embargo, la continuación del trabajo y el período de movilidad quedan asegurados.

Gonzalo Vicci Gianotti
Presidente del Servicio de Relaciones
Internacionales - Udelar

Montevideo, Uruguay